PROCESSO N° TST-ROT-346-65.2020.5.13.0000

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO Recorrente:

Procurador: Dr. Márcio Roberto de Freitas Evangelista

FEDERAÇÃO INTERESTADUAL TRABALHADORES EM Recorrida: DOS

TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DO NORDESTE - FITTRN

Advogada: Dra. Jeane dos Santos

Recorrido: SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTE COLETIVO URBANO DE

PASSAGEIROS NO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA

Advogado: Dr. Rembrandt Medeiros Asfora Advogado: Dr. Marcos Antonio Chaves Neto

Advogado: Dr. Jose Silveira Rosa

DECISÃO

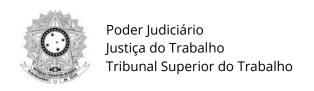
O sindicato patronal recorrido peticiona às págs. 494-497 e 501-509, com o fito de apresentar pretenso fato novo superveniente, consistente em suposta "confissão do sindicato obreiro que ratifica o acordo realizado referente ao Dissídio Coletivo 2020/2021 objeto desta ação" (pág. 494 e 501).

Assim, "requer-se a intimação da parte adversa para que possa ter acesso ao documento apresentado, e consequentemente, que seja negado o provimento do recurso interposto pelo douto *Parquet* por todos os motivos apresentados, inclusive, caso assim entenda Vossa Excelência, que se reconheça a perda do objeto superveniente do recurso interposto pelo MPT, ora mais uma vez elidido" (págs. 502-503).

Cuidando-se de aparente ocorrência de fato superveniente à decisão recorrida e considerando o teor do recurso ordinário interposto pelo órgão ministerial às págs. 412-446 – em que se pleiteia a extinção do processo, sem resolução 🕺 do mérito, por ilegitimidade da federação suscitante, bem como descumprimento de diversos pressupostos processuais exigidos para a instauração do dissídio coletivo, a saber: convocação da categoria profissional para assembleia geral, realização da necessária assembleia e registro da pauta reivindicatória em ata –, tem-se que o exame 🛱 da presente matéria deve ser considerado no julgamento do apelo.

recorrida, a fim de que, no prazo de 5 (cinco) dias, se manifestem quanto ao pedido formulado pelo ente sindical ora postulante, nos termos dos artigos 342, item I, 437, §

Ante o exposto, **intimem-se** o recorrente e a federação Firmado por assinatura digital em 30/03/2022 pelo sistema AssineJus da Justiça do Trabalho, conforme MP 2.200-2/2001, que instituiu a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira.



PROCESSO Nº TST-ROT-346-65.2020.5.13.0000

1°, e 933 do CPC.

Publique-se. Brasília, 30 de março de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

ALEXANDRE AGRA BELMONTE
Ministro Relator